

# **A contribuição das instituições do ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional: o caso do IPPortalegre.**

## **Notas de uma pesquisa em curso<sup>1</sup>**

### **The contribution of the polytechnic institutions for regional development: the case of IPPortalegre.**

#### **Notes from an ongoing research**

**Joaquim Mourato**

**Cristina Pereira**

**João Alves**

#### **Resumo**

O estudo da contribuição das instituições de ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional é um projeto de investigação em curso que envolve uma parceria de sete Institutos Politécnicos (Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu), em colaboração com as universidades do Minho e do Porto, com o objetivo principal de desenvolver um modelo, adaptado ao contexto português, que permita estimar o impacto económico daquelas instituições para as regiões em que se encontram inseridas. Atendendo ao facto da pesquisa se encontrar numa fase inicial de desenvolvimento, procurar-se-á apresentar os objetivos de partida, a estratégia metodológica consensualizada no âmbito da parceria, o modelo conceptual aferido e, finalmente, alguns resultados/ produtos esperados. A informação empírica subjacente ao estudo tem origem num conjunto de indicadores e variáveis, reunidos em quatro inquéritos por questionário, on-line, junto de uma amostra aleatória constituída por estudantes, docentes, colaboradores e ex-alunos, transversalmente às quatro unidades orgânicas do IPP e às ofertas formativas atualmente disponibilizadas (CETs, cursos de 1º e 2º ciclos).

**Palavras-chave:** Instituições de ensino superior politécnico; Impacto económico; Desenvolvimento regional.

#### **Abstract**

The contribution of the polytechnic institutions for regional development is a research project, involving a partnership of seven Polytechnics (Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal Viana do Castelo and Viseu), in collaboration with the universities of Minho and Oporto, with the main objective of developing a model, adapted to the Portuguese context, that quantifies the economic impact of those institutions to the regions in which they are embedded. Given that the research is at an early stage of development, will seek to present the objectives of departure, the methodological strategy consensual within the partnership, the conceptual model calibrated and finally some results / outcomes expected. The empirical data underlying the study comes from a set of indicators and variables, grouped into four online surveys, online, with a random sample of students, professors, employees and ex-students, across the four units of the IPP and training offers currently available (CETs, courses 1st and 2nd cycles).

**Keywords:** Polytechnic institutions; Economic Impact; Regional Development.

## **1. A importância das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional: alguns dados de enquadramento**

O sistema de Ensino Superior em Portugal tem conhecido nas últimas décadas uma expansão significativa, tanto pelo lado do aumento e diversificação da oferta formativa e das instituições de ensino superior que a enquadram, organizada em diferentes ciclos de estudo,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

como pelo lado da procura, protagonizada por diferentes públicos, a um ritmo tendencialmente crescente.

Com efeito, nos últimos 30 anos, a frequência de ensino superior conheceu uma inequívoca abertura, na sequência de processos de democratização e massificação do acesso ao ensino superior, sem precedentes na história recente do país. A alteração demográfica na composição do seu corpo estudantil (Urbano, 2011), caracterizada essencialmente pela diversificação na sua base de recrutamento, hoje transversal a todos os grupos socioprofissionais e origens sociais, aliado a um fenómeno de crescente feminização (em contraste com o período pré-democrático), constituem algumas das profundas alterações que se têm vindo a consolidar no âmbito do ensino superior em Portugal.

A década de 80 foi aquela em que o sentido desse crescimento constituiu um sinal expressivo de que se tratava de um processo “irreversível”, não só do ponto de vista político, mas também de acordo com as expectativas sociais das famílias e dos estudantes (Martins, Mauritti e Costa, 2005). Para tal terá contribuído, de forma manifesta, a implementação de um modelo institucional binário para a formação superior (universidades e politécnicos), ao qual se juntou a proliferação de instituições de ensino superior de natureza privada, à semelhança, aliás, do que acontecia na generalidade dos países europeus.

Desde esse período, o ritmo de crescimento do número de alunos e a diversificação de áreas de formação, quer de 1º ciclo, quer de 2º ciclo e mais recentemente de 3º ciclo, conheceu uma tendência de sinal crescente sem paralelo em nenhum outro país europeu. Contudo, apesar de num período alargado se ter verificado um aumento contínuo, permanece ainda uma distância considerável, documentada estatisticamente, entre Portugal e a Europa, no que concerne ao grau de qualificação das suas populações. Este facto explica-se não só por um relativo, mas gradual, abrandamento daquele crescimento, mais sentido desde o final da década de 90, mas também pelo atraso, historicamente conhecido, da estrutura de qualificações que o país tinha na transição para a democracia.

Com efeito, se é certo que hoje a rede de instituições de ensino superior (IES) prefigura uma distribuição geográfica por todo o país, permitindo o acesso à formação académica de forma descentralizada e protagonizada por estudantes com idades, origens socioeconómicas e situações perante o trabalho distintas do perfil tradicional; também é verdade que permanece um défice substancial do nível de qualificações da população ativa em comparação com

outros países. Dados da OCDE relativos a 2012 mostram que a percentagem da população na faixa etária dos 25 aos 64 anos, com qualificação académica, era de 15% em Portugal (em 2000 era de 9%, denotando um crescimento na ordem dos 5,7% entre 2000 e 2010), 27% na Alemanha, 38% na Finlândia, 38% no Reino Unido e 42% nos Estados Unidos, sendo a média dos países da OCDE de 30% (OECD, 2012:37-38). Esta realidade, validada pela objetividade da informação quantificada, revelam que Portugal necessita ainda de reforçar esta área da educação/qualificação, de modo a conseguir corrigir a situação herdada e diminuir o hiato que separa o país dos seus congéneres da União Europeia.

Concentrando-nos de modo específico no caso português, tem sido meritório o esforço desenvolvido neste particular. Por exemplo, num período de pouco mais de uma década (1991-2002), o quantitativo global de jovens que frequentam o ensino superior passou de cerca de 190 mil alunos para aproximadamente 400 mil (INE, censos 2001)<sup>2</sup>, mantendo-se esta tendência praticamente até meados da década de 2000, altura em que se começa a pronunciar uma relativa estagnação e um decréscimo gradual do número de candidatos ao ensino superior. Esta tendência, explicada parcialmente por razões de natureza demográfica, não deixa de levantar algumas interrogações, algumas das quais relacionadas com o facto de – segundo várias pesquisas – continuar a ser uma evidência que a posse de um certificado de nível superior representa ainda o reconhecimento, por parte do mercado de trabalho, de uma capacidade acrescida de adaptação e empregabilidade, como de recuperação do investimento em educação (Martins, Mauritti e Costa, 2005), para além de uma maior predisposição para a inovação e o empreendedorismo.

Esta realidade paradoxal, isto é, por um lado alicerçada na manifesta redução de candidatos ao ensino superior e, por outro lado, por uma permanente necessidade de qualificação da população ativa, tem produzido nos últimos anos um acréscimo de dificuldades ao quotidiano das instituições de ensino superior, as quais surgem acompanhadas e reforçadas por sucessivos cortes nos orçamentos das mesmas. Tal situação remete-nos para a necessidade de procurar identificar e quantificar os diferentes impactos económicos (mas não só) que as IES tendem a produzir, tanto à escala regional, como à escala nacional (Fernandes, 2009). O capítulo seguinte procura reunir alguns argumentos que sustentam esta convicção.

## **2. Pertinência do estudo de impacto das Instituições de Ensino Superior**

O sistema de ensino superior em Portugal é constituído por 121 instituições a que correspondem 338 unidades orgânicas, cabendo ao ensino superior público cerca de um terço das instituições e 60% das unidades orgânicas (A3ES, 2012). De um universo composto por 4442 ciclos de estudos<sup>3</sup>, com um total de 171.832 vagas (380 mil estudantes inscritos no ano letivo de 2010/11), o ensino superior público (incluindo o ensino militar) representa aproximadamente três quartos dos ciclos de estudos existentes (74%), oferece dois terços das vagas (66%) e concentra cerca de 77% dos estudantes inscritos no mesmo ano letivo (*idem*).

Neste contexto e tendo em conta que a distribuição das IES em Portugal reproduz, no essencial, a rede urbana nacional, tal situação traduz-se numa relativa dispersão territorial que hoje, mais do que no passado, tende a resvalar para uma situação de competição entre as próprias IES, tanto ao nível de recrutamento de estudantes, como ao nível da angariação de recursos, sobretudo de natureza financeira. Com efeito, a relação combinada entre, por um lado, a rápida expansão do sistema de ensino superior em Portugal e, por outro lado, a diminuição de potenciais estudantes, a curto, médio e a longo prazo (acompanhando a descida da taxa de natalidade), resultam numa situação onde as IES estão a competir entre si para atrair estudantes e, analogamente, recursos financeiros, tão necessários à manutenção e consolidação da sua atividade (Amaral e Magalhães, 2007).

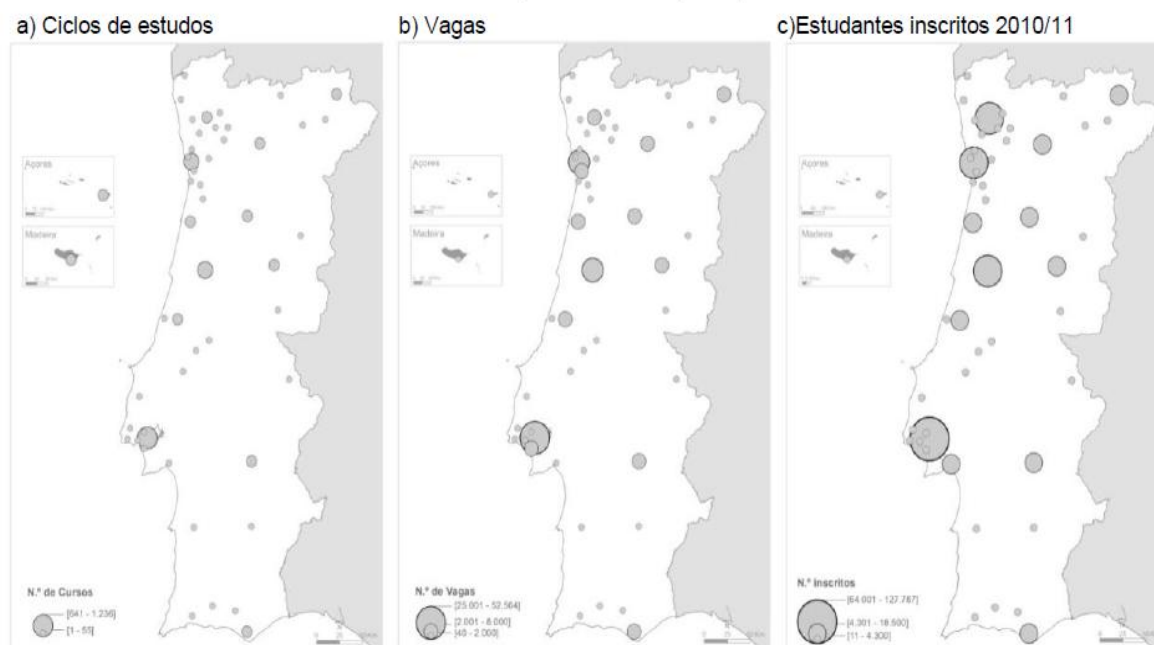
Ora, perante as atuais dificuldades económicas, com orçamentos cada vez mais reduzidos, a somar a uma curva de tendência descendente no que se refere ao preenchimento das vagas colocadas à disposição todos os anos junto das famílias e dos potenciais estudantes, as IES têm sentido uma pressão cada vez mais significativa no sentido de justificar, não só o seu valor global para a sociedade, como a sua capacidade de produção de conhecimento, de inovação e de qualificação, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país e, em particular, para os contextos territoriais onde operam.

Esta realidade surge agravada quando determinados discursos de cariz político (mas também técnico) parecem convergir para a ideia de que a dispersão territorial, que caracteriza a distribuição das IES pelo território nacional, é “superior ao que seria de esperar, já que o ensino superior é uma função central que necessita de patamares mínimos de procura potencial – população – dentro de determinados limites de acessibilidade, superior às outras funções de ensino, o que nem sempre se verifica” (A3ES, 2012: 9). Sendo aceitável este

argumento, pelo menos do ponto de vista da sustentabilidade da própria rede das IES, levanta, adicionalmente, o “fantasma” da eventual necessidade de proceder a uma reorganização da rede e, conseqüentemente, a uma redução ou fusão compulsiva de unidades orgânicas das mesmas IES, com os inevitáveis efeitos daí decorrentes ao nível, por exemplo, do envio de muitos dos seus quadros qualificados para o regime da mobilidade profissional.

Tal cenário tem sido particularmente sentido por parte das IES cuja localização territorial coincide, precisamente, com pequenos núcleos urbanos, “com uma dimensão populacional, um perfil funcional de comércio e serviços à população e uma base económica que poderá não assegurar a eficiência e a sustentabilidade necessárias às respetivas IES aí localizadas” (*idem, ibidem*). A figura 1 ilustra esta realidade, quer por via da distribuição dos ciclos de estudo atualmente em funcionamento no universo das IES, quer por via da distribuição de vagas, quer ainda mediante o volume de estudantes inscritos pelo total das ofertas disponibilizadas, que, no caso das IES localizadas *grosso modo* no litoral, tendem a apresentar índices de procura superior à respetiva oferta, situação que contrasta com as suas congéneres localizadas no interior do país, onde esta relação se inverte.

**Figura 1**  
**Oferta de ciclos de estudos e vagas do ensino superior e estudantes inscritos por concelho (2011)**

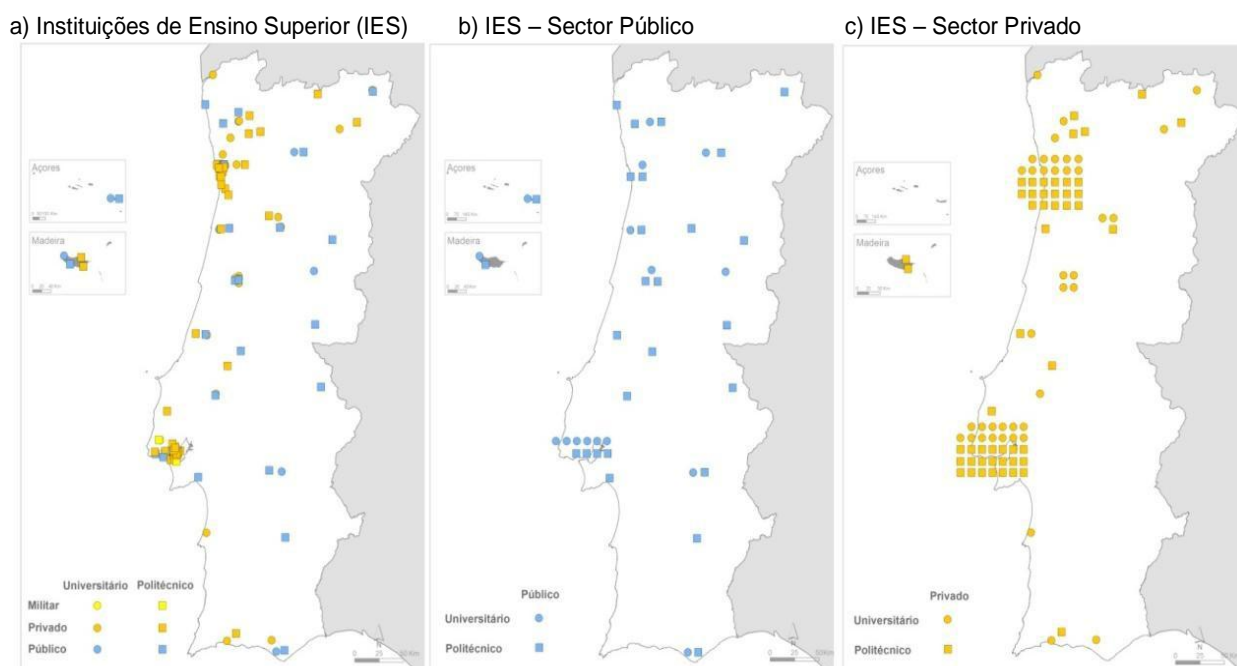


Fonte: A3ES, 2012: 21

Numa leitura transversal, é possível observar uma clara assimetria territorial, colocando de um lado (litoral) uma predominância de ciclos de estudos, de vagas e também de estudantes inscritos e, do outro lado (interior), uma realidade oposta. Esta assimetria regional não é, no entanto, exclusiva do mapeamento do ensino superior em Portugal. Conhecemo-la também a propósito da distribuição da população, da localização dos principais centros urbanos, do número de entidades empregadoras e da atividade económica em sentido lato, indicadores que, no seu conjunto, configuram uma realidade dual e profundamente assimétrica no país, com características estruturais.

Se olharmos agora a distribuição do ensino superior pelo território nacional (figura 2), é possível extrair uma leitura muito próxima da anterior. Se tomarmos como indicador a localização das IES, de acordo com a sua natureza jurídica, verifica-se mais uma vez que estas tendem a assumir a mesma polarização, concentrando-se sobretudo nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, situação para a qual concorrem de modo mais significativo as IES do setor privado. Mais uma vez, a litoralização do sistema de ensino superior português é uma realidade incontestável, com todos os prejuízos de natureza social, económica e demográfica daí decorrentes, sobretudo para uma extensa faixa do território, mais afastado dos principais centros urbanos.

**Figura 2**  
**O sistema de ensino superior em Portugal: Instituições de ensino superior (2011)**



É precisamente tendo em conta este contexto, de profunda assimetria, que caracteriza a realidade do ensino superior, que se justifica encetar uma reflexão estruturada e apoiada em estudos de natureza científica que visem quantificar e demonstrar que as IES representam um valor muito substancial para o país na globalidade e para cada região em particular, tanto do ponto de vista da qualificação que ministram, como também, e sobretudo, do ponto de vista dos efeitos positivos que geram para os territórios em que operam e que gravitam em torno da sua área de ação, num conjunto articulado de dimensões, onde se inclui a económica, a social, a demográfica e a cultural, em prol da desejada coesão territorial e social.

Neste sentido, vários autores têm vindo a concluir que existe uma relação positiva entre a existência das IES e o desenvolvimento das regiões, assumindo que as primeiras produzem um conjunto de efeitos benéficos para as regiões onde se inserem, constituindo, muitas vezes elas próprias, importantes e significativos “mecanismos indutores do desenvolvimento regional” (Fernandes, *op.cit*). A própria OCDE assim o reconhece em vários documentos oficiais publicados e que constituem referências obrigatórias para estudos e processos de monitorização e avaliação das IES nos países membros da organização<sup>4</sup>.

Em Portugal são poucos os estudos sobre o impacto das IES, sobretudo de um ponto de vista económico, muito embora seja de registar alguns trabalhos de natureza académica que têm procurado colmatar essa ausência de pesquisas. Um desses casos diz respeito a uma pesquisa levada a cabo por uma investigadora do Instituto Politécnico de Bragança<sup>5</sup>, cujos modelos analíticos ensaiados para medir o impacto daquela instituição de ensino superior no respetivo território envolvente, despertou o interesse pela replicação do mesmo estudo num conjunto alargado de IES de natureza politécnica, de diferentes dimensões e inserções territoriais.

Esta experiência constitui, precisamente, o ponto de partida para a implementação de uma investigação no âmbito do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), em parceria com outras instituições congéneres, cujos objetivos, metodologia e modelos de análise se dará conta a seguir.

### **3. Metodologia para análise do impacto das IES**

#### **3.1. Modelo de estimação do impacto económico das IES**

O contexto atrás descrito releva, mais do que nunca, a necessidade de desenvolver análises e pesquisas que procurem estimar o impacto, designadamente de natureza económica, por parte das IES, não só porque – como salientámos nas páginas anteriores – o contexto atual caracterizado pelos sucessivos constrangimentos orçamentais assim o exige, proporcionando argumentos que possam justificar a negociação do aumento (ou pelo menos da manutenção) dos apoios estatais; como também por razões que se prendem com a necessidade e a urgência em sublinhar a importância das IES para as regiões onde se localizam, demonstrando os benefícios que estas tendem a gerar, direta e indiretamente, para a economia regional e para as comunidades residentes. Quantificar esse impacto afigura-se, portanto, uma tarefa pertinente e imprescindível.

Tendo por base esta linha de argumentação, alguns estudos a nível internacional<sup>6</sup>, realizados por diversas IES e sobre diferentes IES, procuram determinar se existem efetivamente benefícios para as regiões envolventes às mesmas instituições e, caso existam, qual o valor desses benefícios. De forma transversal a esses estudos, observa-se que o critério utilizado para medir o impacto económico que decorre da presença das IES passa por tentar estimar e quantificar o “impacto adicional que ocorre (acima do nível de atividade económica que ocorreria se a IES não existisse) (Fernandes, *op. cit.*). Este argumento é frequentemente defendido por vários autores no pressuposto que grande parte das receitas das IES, como o caso das propinas dos estudantes, têm origem fora da economia local, sendo posteriormente retidas na região onde se localizam as mesmas IES, somando a outros estímulos e benefícios gerados para a economia local e que, genericamente, gravitam em torno da atividade das IES, como por exemplo é o caso do mercado de arrendamento habitacional para os estudantes deslocados. Deste argumento decorre a ideia de que tais benefícios não existiriam caso as IES não existissem também, não sendo possível gerar esse valor acrescentado, representado pelos gastos dos estudantes (mas também pelos colaboradores docentes e não docentes da instituição), sendo previsível que esses gastos ocorreriam fora da economia local.

De acordo com esta perspetiva, pode estimar-se qual seria a diminuição nas receitas e qual a diminuição nos empregos se as IES não existissem por relação a determinadas regiões onde estas se encontram implantadas. Dito de outro modo, o impacto económico de uma instituição

decorreria do cálculo relativo à perda para a região se a IES fosse desativada. Neste sentido, o que vários autores procuram demonstrar, de modo simplificado, é que a determinação do impacto económico de uma IES resulta da diferença entre o valor base da atividade económica da região se a mesma IES não existisse e o valor da atividade económica da região com a permanência da IES (*idem, ibidem*).

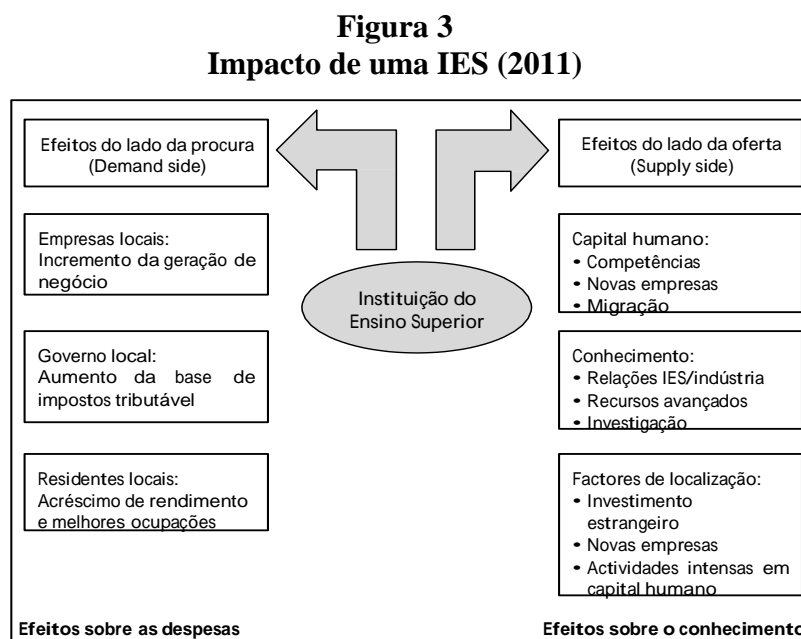
No âmbito da experiência de Bragança e do estudo ensaiado e testado a que temos vindo a fazer referência, foi definida uma fronteira geográfica de análise, coincidente com as localidades em que aquela instituição se encontra implantada<sup>7</sup>, a par da construção de um modelo de análise económica que permitisse determinar as atividades e os respetivos fluxos monetários que decorreriam da existência daquele IES, a partir de dois ângulos de análise: uma abordagem pelo lado da “procura” e uma outra pelo lado da “oferta”. A primeira corresponde a uma análise económica “tradicional”, materializada por diversos autores e em vários contextos universitários, sobretudo americanos; a segunda, também designada por análise das “competências”, assenta essencialmente na quantificação do retorno do investimento por via dos estudantes formados e das suas atividades profissionais. Tanto para uma, como para outra, coexistem diferentes modelos económicos, ensaiados e levados à prática de acordo com as especificidades dos diferentes contextos regionais e nacionais onde se localizam as IES (Fernandes, 2009).

No estudo que congrega vários institutos politécnicos<sup>8</sup>, em articulação estreita com investigadores das universidades do Porto e do Minho, retoma-se o modelo utilizado em Bragança em 2009, o qual partiu de um conjunto de propostas analíticas, tanto pelo lado da procura, como pelo lado da oferta, tendo sido posteriormente construída um modelo ajustado à realidade nacional e especificamente à região de Bragança. Com base nesse modelo pretendeu-se simplificar e determinar os impactos económicos das IES, através da identificação das principais fontes de informação, de forma articulada e permanentemente aferida entre as várias instituições agora envolvidas, através do envolvimento de uma equipa de investigadores interdisciplinar por parte de cada uma das IES, com formações distintas como os métodos quantitativos, a engenharia, a economia, a gestão e a sociologia<sup>9</sup>. É dessa experiência, atualmente em curso, que se dá conta a seguir, numa perspetiva de cunho metodológico e processual.

### 3.2. Análise pelo lado da procura: pressupostos e instrumentos

Como temos vindo a enunciar, as análises de impacto tendem a convergir, ora para uma abordagem dirigida à procura das IES, ora direcionada para o estudo da oferta gerada pela frequência do ensino superior, isto é, pela abordagem do seu “capital humano”, o mesmo é dizer, pelo lado das qualificações geradas e, analogamente, pelo valor acrescentado que esses recursos humanos qualificados tendem a gerar para a sociedade e, especificamente, para a região onde possam vir a desenvolver as suas atividades profissionais.

De uma forma simplificada, a figura 3 procura ilustrar e sintetizar os possíveis impactos de uma IES para um determinado território, quer através da análise do *input* dessa mesma IES, ou seja o impacto sobre a despesa; quer através da análise dos *outputs*, isto é, o impacto sobre o “conhecimento”.



Fonte: Fernandes, J, (adaptado de Yserte e Rivera, 2008)

Na abordagem tradicional, a contribuição das IES para as economias locais é estimada com base na análise dos “efeitos nos empregos e nos rendimentos locais que são criados pelos gastos gerados pela instituição e pelos indivíduos diretamente relacionados com ela, aos quais se aplica um multiplicador” (Fernandes, op. cit., p:17). Neste âmbito analítico, são considerados apenas os fluxos financeiros sem considerar que é feito um investimento, isto é, considera-se somente as receitas obtidas dos montantes monetários gastos na região e não os resultados obtidos com esses gastos”. Deste modo, determina-se o impacto a partir dos

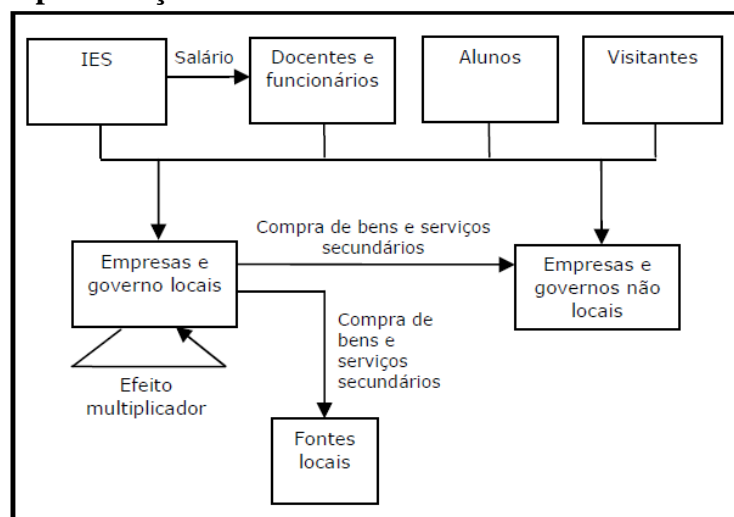
“efeitos de exportação”, o mesmo é dizer, “o aumento das atividades económicas devido às fontes não locais que resultam do funcionamento da IES” (*idem, ibidem*).

Deste modelo decorrem três tipos de efeitos económicos: diretos, indiretos e induzidos. No caso dos primeiros, correspondem a gastos diretos por parte de docentes, funcionários e estudantes, bem como pela própria instituição, na própria região, decorrente das suas atividades e consumos. No caso dos efeitos indiretos, estes relacionam-se com os impactos na cadeia de fornecedores da esfera económica, relacionados diretamente com a IES. Por fim, como efeitos induzidos são consideradas as mudanças nos gastos dos consumidores. Tendo em conta que estes dois últimos tipos de impactos são difíceis de calcular, vários autores optam pela aplicação de “multiplicadores” que lhes permitam obter uma estimativa de pendor quantitativo, entendendo estes “multiplicadores” como “números que sumariam o benefício económico total (ou impacto económico total) que pode ser esperado devido a uma mudança numa dada atividade económica ou na economia local” (*idem*: 30).

Inserida nesta linha de análise, centrada na procura, um dos modelos que mais tem inspirado e influenciado os estudos entretanto desenvolvidos para medir o impacto das IES, corresponde ao modelo American Council on Education (ACE), desenvolvido em 1971 por Caffrey e Isaacs, cuja divulgação tem sido amplamente materializada desde aquela data pela maioria das universidades americanas, encontrando-se atualmente difundido e replicado em todo o mundo, demonstrando o seu sucesso no aumento de qualidade das análises económicas, como é o caso da já citada proposta de Yserte e Rivera (2008).

Com este modelo intenta-se determinar os impactos nos negócios da região, no governo local e nos indivíduos que residem localmente. Paralelamente, procura-se identificar quem está a gastar, quanto está a gastar e que bens e serviços estão e onde a ser adquiridos. De um ponto de vista operacional, os instrumentos de recolha de informação congregam vários indicadores relativos a: i) gastos locais relacionados com a IES (equipamentos, fornecimento de material, comunicações,...); ii) gastos locais dos trabalhadores (docentes e funcionários); iii) gastos locais dos estudantes; iv) gastos locais dos visitantes. A figura 4 ilustra, de modo simplificado, a relação entre as variáveis em jogo neste modelo.

**Figura 4**  
**Representação dos fluxos monetários locais e não locais**



Fonte: Fernandes, J, 2009 (adaptado de Caffrey e Isaacs, 1971)

O suporte instrumental usual para a recolha deste tipo de informação é o inquérito por questionário, padronizado e organizado em dimensões de análise e indicadores precisos e quantificáveis, cuja estrutura e conteúdo foram idealizados de forma ajustada aos vários inquiridos (docentes, funcionários e estudantes atuais) e aferidos no âmbito da parceria estabelecida entre os sete institutos politécnicos já identificados. O modelo de inquirição baseou-se na disseminação dos mesmos questionários via on-line, tendo sido elaboradas bases de dados parciais (uma por cada IES), embora padronizadas para todas as instituições envolvidas no estudo. As tabelas 1 e 2 reúnem as principais dimensões de análise e respetivas variáveis dirigidas aos docentes, funcionários e estudantes, de acordo com uma amostra aleatória, composta por 80 docentes, 60 funcionários e 420 estudantes, transversalmente a todos os cursos e níveis de ensino ministrados (CETs, Licenciaturas, Pós-graduações e Mestrados)<sup>10</sup>.

**Tabela 1**  
**Inquérito aos docentes e funcionários: dimensões de análise e variáveis**

<b>Dimensão e análise</b>	<b>Variáveis</b>
Caracterização profissional	Categoria profissional, local de trabalho, anos no IPB, dias de trabalho, avaliação das condições de trabalho
Caracterização pessoal e familiar	Sexo, idade, estado civil, habilitações académicas, naturalidade, residência atual, número de pessoas do agregado, número de filhos
Condições de vida	Tipo de alojamento, rendimento mensal, despesas mensais do agregado, local habitual para refeições, transporte, visitas e período de estadia, poupança mensal, empréstimos, investimentos

Fonte: Elaboração dos autores

**Tabela 2**  
**Inquérito aos estudantes: dimensões de análise e variáveis**

Dimensão e análise	Variáveis
Caracterização pessoal	Sexo, idade, nacionalidade, estado civil, residência dos pais, residência atual
Percurso escolar	Curso, ano oficial, tipo de aluno, escola, primeira escolha do ensino superior, via de acesso ao ensino superior, experiência profissional
Situação escolar atual	Horas de aulas semanais, horas de estudo, horas de trabalho, relação entre atividade profissional e estudo
Condições de vida	Tipo de alojamento, condições de alojamento, orçamento mensal, desagregação das despesas mensais, avaliação da situação financeira, local habitual para refeições, transporte, visitas e período de estadia
Caracterização familiar	Caracterização profissional, nível educacional, rendimento mensal dos pais
Mobilidade internacional	Participação em programas de mobilidade, intenção de permanecer na região após a graduação

**Fonte:** Elaboração dos autores

Concluído o processo de recolha de informação junto destes três subuniversos, as taxas de retorno obtidas pelas IES envolvidas no estudo, atingem, *grosso modo*, os 70% para os estudantes, como é o caso específico do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e os 60% a 70% para os docentes e funcionários, encontrando-se novamente o IPP entre os que apresenta taxas de resposta mais elevadas, respetivamente 70% e 67%.

### **3.3. Análise pelo lado da oferta: pressupostos e instrumentos**

Os autores que têm vindo a utilizar os modelos para o cálculo do impacto económico das IES, por via da análise da procura<sup>11</sup>, reconhecem, todavia, que apesar do rigor da metodologia empregue, reconhecem que o valor real desse impacto surge subestimado, uma vez que tendem a coexistir efeitos não monetários que não estão, regra geral, incluídos nos mesmos modelos. É o caso dos benefícios que vão além da quantificação monetária entre ganhos e custos, os quais traduzem-se num conjunto de *outputs* diversos e relacionados com várias áreas com importância estratégica para o desenvolvimento regional. Domínios relacionados com a educação, a sociedade e, inclusivamente, a cultura, são frequentemente mencionados, por parte dos autores críticos da abordagem económica tradicional, como áreas onde também coexistem efeitos positivos que não devem ser descurados.

Neste sentido, as análises alternativas, dirigem o seu enfoque para o lado da oferta. Consideram, regra geral, que existe uma relação estreita ente o ensino superior e as atividades e características associadas ao “estímulo intelectual” e “participação comunitária ativa”,

(Fernandes, op. cit.) benefícios difíceis de quantificar mas que tendem a representar impactos positivos para as economias locais e para as respectivas comunidades, dotando-as de maior e melhor capital social e humano.

Uma das variáveis comumente utilizada para aferir uma parte desses benefícios passa por aferir, por exemplo, o número de diplomados que ficam a trabalhar na região em que se formaram, quer integrando-se no mercado de trabalho existente, quer criando as suas próprias empresas, materializando, desse modo, uma postura ativa e empreendedora.

Sobre este particular, sabe-se que a percentagem de graduados que fica na região depende, em grande medida, do mercado de trabalho local. Ora, em regiões densamente povoadas e com relativa vitalidade económica, existe um fator atrativo mais estimulante junto destes diplomados para permanecerem nesses territórios e contribuírem para a criação de riqueza regional e respetivo desenvolvimento. Em contraponto, nas regiões menos dotadas de investimento económico e demograficamente mais debilitadas, aquele fator atrativo torna-se mais reduzido e tende a constituir muitas vezes o contrário, isto é, um fator de repulsão à fixação e ao conseqüente envolvimento no processo de criação de riqueza para a região.

Neste sentido, ganha particular acuidade perceber, ou pelo menos identificar, até que ponto as IES estimulam o desenvolvimento económico nos territórios em que se encontram implantadas, não só por via do volume de diplomados que enviam para o mercado laboral, mas também pelos efeitos inovadores associados, por exemplo, à respetiva produção científica e à sua conseqüente transferência de conhecimento e inovação para a comunidade e para a economia regional. O conceito de “capital humano” constitui neste âmbito um bom indicador para avaliar o impacto das IES para as respetivas regiões, já que, permite sinalizar os efeitos económicos sobre o emprego e os rendimentos resultantes do investimento em formação e qualificação” (Becker, citado por Fernandes, 2009:38).

Porém, sendo possível, pelo menos aproximadamente, aferir algumas das dimensões inerentes ao capital humano, permanece, no entanto, uma dificuldade – reconhecida aliás pelos autores defensores de uma abordagem do impacto económico das IES pelo lado da oferta – que se prende especificamente com a quantificação das influências geradas por via dos diplomados das IES e, analogamente, através de estimativas dirigidas às mudanças introduzidas nas comunidades e nas regiões, direta e indiretamente, a partir das próprias IES. Com refere Smith (in Fernandes, op. cit., 36) “é praticamente impossível criar um modelo do lado da oferta que

consiga estimar o impacto total em valor. Pode-se, no entanto, fazer estimativas grosseiras dos benefícios ou, quando possível, tentar relacioná-los com diferentes medidas da atividade económica”.

Como estratégia operacional para concretizar esta vertente de análise, pelo lado da oferta, a equipa do projeto a que temos vindo a aludir, convencionou que a principal fonte de informação centrar-se-ia nos elementos fornecidos pelos ex-estudantes das IES envolvidas, através de uma amostra a estipular em função do número de diplomados pelas mesmas IES nos últimos cinco a dez anos, com o objetivo de recuperar e evidenciar possíveis exemplos de empreendedorismo e de envolvimento direto nas comunidades e nas economias regionais por parte dos ex-estudantes. Esse processo encontra-se ainda em preparação, pelo que apenas é possível, nesta fase, identificar algumas das dimensões de análise e respetivas variáveis em estudo, de forma a incluir num inquérito por questionário on-line, a disseminar muito brevemente pelos ex-estudantes de cada IES envolvida no estudo. A tabela 3 reúne essas dimensões de análise e respetivas variáveis.

**Tabela 3**  
**Inquérito aos ex-estudantes: dimensões de análise e variáveis<sup>12</sup>**

<b>Dimensão e análise</b>	<b>Variáveis</b>
Caracterização pessoal	Sexo, idade, nacionalidade, estado civil, residência atual
Percurso escolar	Data de entrada no instituto, curso, ano conclusão do curso, média obtida, residência anterior e posterior à formação
Situação profissional atual	Atividade profissional, concelho onde trabalha, 1º emprego e empregos subsequentes, categoria socioprofissional, rendimento líquido mensal, natureza da entidade empregadora, grau de satisfação com emprego, iniciativas de empreendedorismo

**Fonte:** Elaboração dos autores

Para além da informação a recolher junto destes quatro subuniversos, necessária à quantificação dos impactos económicos das IES nas regiões em que se inserem, a pesquisa em curso prevê ainda uma análise mais alargada de outras variáveis e indicadores, com recurso a fontes oficiais e institucionais, quer no interior de cada instituto politécnico, quer a nível nacional, reunindo estatísticas que permitam uma contextualização mais efetiva e aprofundada de cada território em que operam as várias IES envolvidas no estudo.

#### **4. Contributos esperados**

A pesquisa que serve de modelo para a realização deste estudo a uma escala mais ampla<sup>13</sup>, envolvendo – como já se disse – sete instituições de ensino superior politécnico, permitiu chegar à conclusão de “por cada euro financiado pelo Estado ao Instituto Politécnico de Bragança, gerou-se um nível de atividade económica nos concelhos de Bragança e de Mirandela de 2,33 euros. Na estrutura simplificada determinou-se que o impacto do IPB representa 8,2% do PIB” nos mesmos concelhos (Fernandes, op. cit.: 257). De acordo com estes números, calculados para Bragança, será expetável que em Portalegre o resultado possa ser traduzido na mesma relação, assim como nas outras IES. Determinar esse valor constitui o propósito nuclear desta pesquisa.

Para além deste objetivo central, vertido num valor global e ilustrativo do impacto económico de cada IES para a respetiva região, o estudo contempla outros objetivos associados. Desde logo, procura-se contribuir para o aprofundamento da discussão em torno da importância estratégica que as IES representam para as respetivas regiões onde estão inseridas. Não só pelo facto de constituírem importantes mecanismos de formação avançada junto de potenciais públicos, geograficamente mais afastados dos grandes centros urbanos, fornecendo, por essa via, um importante contributo para o aumento da qualificação da população ativa do país; mas também porque os seus impactos podem e devem ser analisados a outros níveis, de uma forma integrada e multidimensional, tão importantes à própria coesão social, económica e cultural dos territórios, em particular os que se situam no interior do país.

Por outro lado, ao encetar este tipo de pesquisas, as IES assumem-se como sujeitos ativos sobre as políticas de ensino superior, nomeadamente no que respeita à reorganização da rede, na qual, aliás, são os principais atores num processo político com contornos de alguma complexidade. Deste modo se contraria um tipo de atitude caracterizada por uma postura passiva e expectante relativa às políticas do Ministério ou dos relatórios de Agências Internacionais, cujas análises e propostas podem não ser as mais convergentes com as expetativas das próprias IES.

Por fim, trata-se de contribuir para a definição dos termos inerentes a uma abordagem da rede de ensino superior que ultrapasse a visão redutora, por ventura insuficiente, balizada exclusivamente por critérios de base economicista, mas acentuando, pelo contrário, a

importância e a necessidade de materializar, em toda a sua aceção, a missão das IES públicas, de acordo com a legislação em vigor.

## 5. Notas de Texto

<sup>2</sup> Em 1975/76 eram apenas de 86 mil alunos (Fernandes, 2009).

<sup>3</sup> Este número é hoje mais reduzido, na sequência da divulgação da proposta da A3ES em reduzir o número de cursos existentes para cerca de 3300, em virtude de alguns processos de avaliação terem culminado na indicação de encerramento de alguns cursos do 1º ao 3º ciclo, sobretudo em instituições de ensino superior privadas e em algumas universidades públicas, por estes não reunirem as condições mínimas necessárias ao reconhecimento da sua qualidade.

<sup>4</sup> Ver a este respeito, por exemplo, OECD (2008a) “Higher Education and Regional Development: Introduction to the special Issue”, Higher Education Management and Policy, n20, 2, 1-2(2) e OECD (2008b, 2012), Education at a Glance.

<sup>5</sup> Fernandes, Joana M. S. R. (2009), *O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo University of California (2003).

<sup>7</sup> Os concelhos de Bragança e de Mirandela.

<sup>8</sup> Institutos Politécnicos de: Bragança, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu.

<sup>9</sup> No caso do Instituto Politécnico de Portalegre, a equipa é composta pelos subscritores deste artigo.

<sup>10</sup> Apenas dois institutos politécnicos (Leiria e Setúbal) tiveram quantitativos nas suas amostras relativamente superiores, dada a sua dimensão e número de recursos humanos e estudantes inscritos. Nestes casos, as respetivas amostras eram constituídas por 120 docentes, 100 funcionários e 500 estudantes.

<sup>11</sup> Nomeadamente Caffrey e Isaacs (1971), entre outros.

<sup>12</sup> Ainda em construção.

<sup>13</sup> Referimo-nos ao caso do Instituto Politécnico de Bragança.

## 6. Referências bibliográficas

AMARAL, Alberto e A. Magalhães (2007), “Market competition, public good and institutional governance: analyses of Portugal’s experience”, *Higher Education and Management Policy*. Vol.19, nº1, pp:63-76).

A3ES- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (2012), *O Sistema de Ensino Superior em Portugal*, Parte I, Maio 2012.

BECKER, G. (1993), *Human Capital: a theoretical and practical analysis with special reference to education*. 3ª ed. New York, University of Chicago Press.

CAFFREY J. e H. ISAACS (1971), Estimating the impact of a college or university on the local economy. Washington, DC American Council on Education. ERI ED 252100.

FERNANDES, Joana M. S. R. (2009), *O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento.

MARTINS, S., R. Mauritti e A. Costa, *Condições Socioeconómicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES-Direção Geral do Ensino Superior, Col. Temas e Estudos de Ação Social.

OECD (2008a), “Higher Education and Regional Development: Introduction to the special Issue”, *Higher Education Management and Policy*, n20, 2, 1-2(2).

OECD (2008b), Education at a Glance, 2008.

Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/23/46/41284038.pdf> (consultado em 30 de outubro de 2012).

OECD (2012), Education at a Glance, 2012.

Disponível em [http://www.oecd.org/edu/EAG%202012\\_e-book\\_EN\\_200912.pdf](http://www.oecd.org/edu/EAG%202012_e-book_EN_200912.pdf) (consultado em 6 novembro de 2012).

UNIVERSITY OF CALIFORNIA (2003), California's future: it starts here. Disponível em <http://www.universityofcalifornia.edu/> (consultado a 1 de novembro de 2012).

URBANO, Cláudia (2011), “A (Id)entidade do Ensino Superior Politécnico em Portugal: da Lei de Bases do Sistema Educativo à Declaração de Bolonha” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº66, Lisboa, CIES-IUL e Editora Mundos Sociais, pp: 95-115.

YSERTE, R. e M. Rivera, (2008), “The impact of the university upon local economy: three methods to estimate demand-side effects” in *The Annals of Regional Science*, nº29, Springer Berlin/Heidelberg.

## **Nota sobre os autores**

### **Joaquim Mourato**

[amourato@ippportalegre.pt](mailto:amourato@ippportalegre.pt)

Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP)

Docente do IPP

Investigador do C3I-IPP, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

### **Cristina Pereira,**

[cristina.pereira@ippportalegre.pt](mailto:cristina.pereira@ippportalegre.pt)

Docente do IPP,

Investigadora do C3I-IPP, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

### **João Alves,**

[j.alves@ippportalegre.pt](mailto:j.alves@ippportalegre.pt)

Docente do IPP,

Investigador do C3I-IPP, Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.